

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROEXTRATIVISMO EM COMUNIDADES

TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS GERAIS

Solidarity economy and agroextractivism in communities traditional of north Minas Gerais

Ana Paula Gomes de Melo¹ Roberta Ribeiro da Cruz Cangussuo
Amanda Pereira Acypreste

¹Mestre em Administração Professora do Instituto de Ciências Agrárias Universidade Federal de Minas
Gerais e-mail: anameloufmg@gmail.com

Mestranda em Produção Animal Universidade Federal de Minas Gerais Instituto de Ciências Agrárias
e-mail: roberta_cangussu@hotmail.com

Graduanda em Agronomia Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Ciências Agrárias e-mail: amanda_acypreste@hotmail.com

RESUMO: A Economia Solidária teve início no Brasil nos anos 1970 como um movimento da sociedade civil apoiado por organizações não governamentais, governamentais, religiosas e sindicais em busca de alternativas produtivas de geração de ocupação e renda. As experiências em economia solidária buscam a junção de duas noções historicamente dissociadas: iniciativa produtiva e solidariedade; partem de iniciativas locais acompanhadas ou não de incentivo externos e buscam prioritariamente resolver problemas de produção e comercialização. Este artigo pretende debater algumas das características, potencialidades e limitações de empreendimentos econômicos solidários por populações tradicionais que habitam uma região conhecida como “Gerais” - subclassificação do Bioma Cerrado, ao Norte de Minas Gerais. Estes grupos de agricultores e agricultoras coletam, beneficiam e comercializam frutos do Cerrado por meio do trabalho coletivo em agroindústrias e cooperativas locais ao mesmo tempo em que vêm conservando de forma efetiva grandes áreas naturais. Este artigo é resultado de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas junto à COOPAAB - Cooperativa dos Agricultores Agroextrativistas da Comunidade Água Boa II localizada no município de Rio Pardo de Minas. Os resultados mostram que a cooperativa surgiu de um histórico de lutas por terra e territórios, muito presente nesta região; é protagonizada por mulheres; possui uma produção diversificada e encontra dificuldades para enfrentar a legislação sanitária e na etapa de comercialização.

PALAVRAS-CHAVE: Alto Rio Pardo; Beneficiamento; Comercialização; Cooperativas.

INTRODUÇÃO

O Cerrado é um bioma de grande importância para o país, promovendo o sustento de vários segmentos sociais do meio rural, como as populações quilombolas, povos indígenas e populações tradicionais, que têm como base o trabalho familiar. Atualmente, percebe-se uma maior valorização do Cerrado, devido a organizações governamentais e não governamentais promoverem ações de conservação da biodiversidade e valorização destas populações que vivem deste bioma (BISPO, 2014).

O agroextrativismo é uma importante atividade desenvolvida no Cerrado devido ao seu conceito de trabalho, valorização do acesso a terra pelas populações de agricultores familiares e comercialização associada à conservação ambiental. Neste sentido, destaca-se, para fins desse artigo, uma população tradicional que habita as chapadas cobertas por vegetações de cerrados e veredas no norte de Minas Gerais: os *Geraizeiros*. (DAYRELL, 2012). Entre esta população e suas diversas comunidades é comum a prática do agroextrativismo e o beneficiamento de frutos do cerrado para fins de consumo ou comercialização. Estas atividades muitas vezes ocorrem de forma coletiva, através de cooperativas e agroindústrias comunitárias; opção que decorre das dificuldades em desenvolver a atividade de forma

individual e do apoio que encontram em seus laços de parentesco e amizade ou do incentivo externo via financiamentos e assessorias.

Desta forma, percebe-se que o modo de produção agroextrativista fortalece a denominada economia solidária devido à relação construída entre a natureza e os empreendimentos coletivos de agricultores. Esta combinação possui perspectivas contrárias ao capitalismo, sendo sustentadas na diversidade de um ambiente justo com valores éticos. A economia solidária se baseia nos princípios de igualdade, justiça e equidade com uma nova perspectiva de mercado (SIMONI, 2010).

A região do Alto Rio Pardo, onde se realizou este estudo, se destaca pela criação e crescente aumento de iniciativas de economia solidária, como pôde-se perceber em pesquisas anteriores. Estas experiências congregam objetivos de ocupação e renda, melhoria de qualidade de vida através da produção agroecológica e diminuição das desigualdades sociais, inclusive desigualdades de gênero, geração e etnia. Em sua maioria são grupos produtivos dedicados ao beneficiamento de frutos do Cerrado em doces, polpas, óleos; ao cultivo/coleta, manuseio e comercialização de plantas medicinais; à indústria doméstica rural, que processa produtos da agricultura familiar, tais como: farinha de mandioca, polvilho, biscoitos, doces e bolos. São grupos produtivos que envolvem uma ampla gama de atividades e que, na maioria das vezes, são rurais e protagonizados por mulheres.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Diante do cenário vivido, percebe-se o aumento da preocupação da população com o desemprego, pobreza e qualidade de vida das pessoas. Devido às transformações no mercado de trabalho, novas alternativas de ocupação e geração de renda estão se expandindo a partir de experiências coletivas representadas por associações, cooperativas, organizações populares, tanto no campo como na cidade, configurando o que se denominou “economia solidária” (RANGEL; MANOLESCU, 2012).

O termo economia solidária se consolidou nos anos 1990, frente ao cenário econômico do Brasil e se popularizou devido às suas características de natureza associativa, cooperação e autogestão (GAIGER, 2013). A economia solidária se caracteriza pela gestão coletiva e por fundamentos baseados na cooperação, solidariedade, partilha, buscando a valorização do ser humano, geração de emprego e renda e conseqüentemente melhores condições de vida (RANGEL; MANOLESCU, 2012).

Já os Empreendimentos Econômicos Solidários “são práticas coletivas de produção, comercialização e trocas que visam ocupação e renda, mas que se baseiam em princípios de solidariedade. Destacando-se a autogestão, a preocupação com o ambiente e equidade na divisão dos resultados.” (SINGER, 2002; p.13).

Devido a geração de renda e emprego alternativos e conseqüentemente na inclusão social, os empreendimentos da economia popular solidária são capazes de promover o desenvolvimento local da região onde se localizam, devido a sua sustentabilidade (KRAYCHETE; SANTANA, 2012), relacionadas aos fatores econômicos, social, político e de autogestão. Os ideais da economia solidária estão ligados diretamente com o agroextrativismo. Esta ligação pode ser notada na diversidade sociocultural existente, na valorização e reconhecimento dos produtos extrativistas e também na conservação e uso sustentável do meio ambiente, como forma de geração de renda e consumo (SIMONI, 2010).

Neste sentido, algumas das questões que orientam o debate sobre o agroextrativismo do Cerrado focalizam a sustentabilidade dos sistemas de produção agroextrativista, bem como as inovações

institucionais na comercialização e acesso a mercados, na assistência técnica e extensão rural (SCARIOT *et al.*, 2014).

Muito se tem debatido sobre as inovações empreendidas por grupos específicos (agricultores familiares, mulheres, indígenas, quilombolas, etc.) tanto na fase de beneficiamento, onde se percebe uma produção voltada para hábitos alimentares locais, que fortalecem a soberania alimentar, quanto na interação com mercados e criação de novos mercados. Sabourin *et al.* (2014) mostram que produtores familiares têm conseguido progressivamente investir no circuito da venda direta e das feiras agroecológicas, mediante modalidades de coordenação organização específicas, de certo modo, inovadoras e baseadas em formas de reciprocidade, ajuda mútua e de aprendizagem coletiva.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E AGROEXTRATIVISMO - OS GERAIZEIROS

O modo de vida de populações tradicionais é particularmente marcado por sua relação com ambiente. Neste sentido, desenvolvem sistemas de produção adaptados às condições naturais e estabelecem ao longo do tempo normas de gestão de bens e recursos comuns, que visam conservá-los ao mesmo tempo em que se faz o uso para a reprodução familiar. Além disso, a vivência e a convivência num local por várias gerações permitem a construção de valores e costumes locais que são respeitados e reproduzidos, dando consistência ao conceito de populações tradicionais que:

“aplica-se àqueles povos que vivem em áreas geográficas particulares e demonstram, em vários graus, as seguintes características: ligação intensiva com os territórios ancestrais; auto-identificação e reconhecimento pelos outros povos como grupos culturais distintos; linguagem própria, muitas vezes diferente da oficial; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e sistema de produção voltado principalmente para a subsistência.” (DIEGUES; ARRUDA, 2001; p.23).

Entre as diversas populações tradicionais que existem no Brasil muito se tem debatido a respeito daquelas que habitam o bioma Cerrado. Estas mantêm ao longo de 12 mil anos de ocupação, uma variedade de modos de vida e estratégias de uso e convivência com a diversidade ecológica deste ambiente e contribuem como conhecedoras e guardiãs do patrimônio ecológico e cultural da região (REDE CERRADO, 2015). Os povos tradicionais do Cerrado possuem um modo de vida de grande vínculo com a natureza e a terra; marcados pela construção histórica de luta pela terra, principalmente devido às frequentes disputas contra as expansões dos monocultivos do sistema capitalista. Estas disputas são marcadas contra a poluição dos rios, o desmatamento do meio ambiente e a mineração, ou seja, baseados em práticas do agronegócio e grandes empreendimentos capitalistas (MANDUJANO, 2013).

No norte de Minas Gerais, destacam-se, para fins deste artigo, os denominados *Geraizeiros*. Segundo Dayrell (2005) o signo identitário desta população está vinculado àquela formação geográfica que se denomina *Gerais*, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados.

Esta população possui uma identidade e um modo de vida nos domínios do Cerrado, com uma relação baseada na troca, na coletividade e afinidade com os recursos naturais (BRITO, 2012). A relação do geraizeiro com o Cerrado é única, baseada na preservação do bioma, já que é o local que sustenta o seu modo de vida, no qual retira o seu sustento. A luta pelo território vai além da concepção de terra, pois compreende um universo étnico-cultural, que se baseia no jeito de ser, produzir e viver (FONSECA; REIS; GOMES, 2012).

Os geraizeiros, em suas comunidades tradicionais, a partir de um processo histórico, cultural,

social e político, vêm trilhando um caminho baseado no fortalecimento das relações internas, na consolidação da sua identidade e construção de rede de apoiadores e colaboradores (BRITO, 2012). A organização dos geraizeiros em torno da defesa de sua agricultura e em defesa dos territórios do Cerrado vem crescendo. O que caracteriza essa movimentação são as populações que vivem organizadas em comunidades, que lutam não somente pela terra, mas o direito do reconhecimento de detentoras de uma cultura única, modo diferenciado de ver e agir no mundo, com valores próprios sobre economia e ambiente (DAYRELL, 2012).

O extrativismo é praticado por agricultores familiares, no Cerrado, como atividade complementar à produção agrícola, devido a grande diversidade de frutos e plantas medicinais presentes neste bioma. Devido aos riscos, como por exemplo, a sazonalidade dos frutos, os extrativistas conciliam outras atividades, como criação de animais e produção agrícola, não havendo assim, uma dependência econômica total relacionado a apenas um produto (BISPO, 2014). Neste contexto, os agroextrativistas tendem a conservar os recursos naturais, pois dependem dele para a sua sobrevivência.

Scariot *et al.*, (2014) argumentam que o Cerrado se caracteriza por uma alta diversidade biológica, de modo que são muitas as espécies passíveis de aproveitamento. O extrativismo no Cerrado é uma atividade que se realiza sempre de forma associada à agricultura familiar. Essa é uma das suas principais especificidades, a de se caracterizar antes como agroextrativismo, e não apenas como extrativismo, ou seja, com foco exclusivo na coleta de produtos florestais não madeireiros.

O processo de comercialização de produtos agroextrativistas, muitas vezes é restrito, não somente devido a questões econômicas, mas também devido a restrições relacionadas aos aspectos culturais (FREITAS; RIBEIRO, 2013). Conforme apresentado em estudos, uma das maiores dificuldades é o beneficiamento dos produtos, a armazenagem dos mesmos e o transporte até os pontos de comércio (BISPO, 2014).

As cooperativas agroextrativistas têm sido criadas neste contexto, reunindo pequenos produtores, que detêm de pouca quantidade de produtos específicos, com objetivo de ser representadas no mercado com maior força, maior representatividade, maior gama de produtos e melhor qualidade. Reduzindo o papel dos atravessadores nos canais de comercialização, e, conseguindo então, competir com grandes empresas já consolidadas no mercado (BISPO, 2014).

ÁREA DE ESTUDO E O CASO DA COOPAAB

O município Rio Pardo de Minas está localizado na região Norte de Minas, mais especificamente na microrregião de Salinas e ocupa uma área de 3.118,67 quilômetros quadrados. É banhado pelos rios Preto e Pardo. O aspecto montanhoso deve-se à sua proximidade com a Serra Geral (IBGE, 2010). Está inserido em uma região de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga de clima semiárido. Segundo Correia (2005) os principais cultivos realizados pelos agricultores são basicamente os mesmos que plantavam seus ancestrais, sendo eles: feijões, milho, banana, mandioca, cana e arroz. Os modos de cultivo também continuam similares.

Veloso e Rosa (2012) afirmam que a microrregião de Salinas caracteriza-se como localidade de maior taxa de plantio de eucalipto do Norte de Minas. Dentre os municípios abrangidos Rio Pardo de Minas apresenta maior área de plantio. As análises consideraram dados dos anos 1986, 1996 e 2010. A chegada do eucalipto no município na década de setenta provocou transformações bastante consideráveis, não somente do ponto de vista econômico, mas também do cultural, pois devido a grande demanda, boa parcela dos agricultores passou a derrubar as matas nativas de cerrado para a produção de carvão vegetal e esta atividade passou a compor o sistema cultural local, e diversas famílias chegaram a abandonar as atividades de agricultura, em função desta. As extensas áreas de cultivo de eucalipto passaram a substituir as matas do Cerrado, eliminando também a fauna antes presente. Isso significou a eliminação de importantes fontes tradicionais de trabalho, de renda, de alimentação, de obtenção de plantas medicinais, bem como provocou a alteração dos ciclos das águas, já que o plantio ocorre

em locais considerados chave no processo de reabastecimento dos lençóis freáticos e fundamentais no processo de reprodução sociocultural dos povos que inicialmente os utilizavam (CORREIA, 2005).

A Comunidade Água Boa II é uma das 96 existentes no município de Rio Pardo de Minas e dista 18 km deste. As famílias enfrentam sérias dificuldades por possuírem poucos espaços de terra, onde possam desenvolver uma agricultura que garanta a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica. Os homens casados e especialmente os jovens, quanto atingem a maioridade, saem à procura de emprego fora do município, geralmente migram para o sul de Minas, para colheita do café ou para São Paulo, para o corte da cana-de-açúcar. Diante desta situação, as mulheres se vêem diante do desafio de viver e criar os filhos com os recursos que dispõem no sítio e os depósitos realizados pelos maridos, com frequência variada e quando é possível. No entanto, apoiadas nos fortes laços comunitários e com grande determinação, estas mulheres encontram oportunidades e constroem alternativas de ocupação e renda, mantendo-se na comunidade onde nasceram e foram criadas.

A Comunidade Água Boa II é uma das que se localiza no entorno da área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, recentemente decretada pelo Governo Federal em resposta a uma luta de 12 anos das comunidades e organizações parceiras para a sua criação. Corresponde a 38.209 hectares e é possuidora de uma imensa riqueza natural. Os recursos aí encontrados proporcionam às comunidades rurais de seu entorno grande quantidade e diversidade de frutos nativos e abundância de água, que garantem a segurança alimentar e o modo de vida das famílias geraizeiras que aí vivem.

Sendo tradicional, esta população mantém hábitos culturais que reflete sua religiosidade, laços de reciprocidade e pauta alimentar. Merece destaque a importância dos frutos nativos que são utilizados e consumidos de diversas maneiras pelas famílias que habitam há séculos esta região do Alto Rio Pardo.

A começar pelo Pequi, este é consumido cozido junto ao arroz e constitui-se um dos pratos mais típicos de todo o Norte de Minas Gerais. Na área da RDS, também conhecida como Chapada do Areião, uma grande população de pequizeiros e seus frutos, além de cozidos, são processados e beneficiados em forma de óleo e conserva. O jatobá também é muito valorizado por estas comunidades. Os moradores mais antigos relatam que em épocas difíceis, de escassez de recursos naturais ou dificuldades com as lavouras, o que se tinha para a alimentação das famílias era o mingau de jatobá. Ainda hoje este fruto é apreciado e consumido de diferentes formas, como por exemplo, em forma de farinha ou nas receitas de biscoitos caseiros. A mangaba é outro fruto abundante na Chapada do Areião. É processada e consumida em forma de sucos, sorvetes e bolos.

Além destes, se destaca também o rufão, espécie rara do Cerrado da qual se extrai um óleo de excelente qualidade, utilizado pela indústria farmacêutica no tratamento de várias doenças. São diversas as espécies de plantas medicinais, nativas e cultivadas além de outros frutos como o coquinho azedo, o araçá, a goiaba, o maracujá nativo e a acerola, todos consumidos de diversas formas, mas, principalmente em forma de sucos. Para estas famílias de agricultores tradicionais o consumo de suco natural é insubstituível; faz parte da dieta cotidiana e garante a saúde das famílias e a segurança alimentar.

Neste sentido, atenta às possibilidades de aproveitamento dos frutos nativos em abundância e com o objetivo de agregar valor econômico em forma de renda para as famílias, parte da comunidade Água Boa II decide criar a Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas de Água Boa II - COOPAAB. Fundada em 2003, é formada atualmente por 26 famílias e produz cerca de 07 toneladas de polpas de frutas, que são comercializadas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para 02 escolas da região, uma no município de Rio Pardo de Minas e outra em Vargem Grande e através da Cooperativa Grande Sertão - cooperativa referência da agricultora familiar do Norte de Minas Gerais. Atuam promovendo o desenvolvimento sustentável no Cerrado, agregando valor aos produtos do extrativismo e da agricultura familiar para comercialização, como a produção de doces, geléias, óleos, biscoitos e polpas dos frutos nativos e cultivados.

Em atividades de extensão e pesquisa junto à COOPAAB, a equipe interdisciplinar do Núcleo de estudos em gestão social e economia solidária do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG pôde conhecer e interagir com esta organização de agricultores e agricultoras agroextrativistas e apoiar algumas de suas

demandas. Entre elas uma importante conquista foi a aprovação em 2014 de um projeto ao Instituto População, Sociedade e Natureza, o qual proporcionou recursos para a reforma da agroindústria da cooperativa e adequação desta às normas do Ministério da Agricultura e Pecuária, para, assim, alcançar as condições necessárias para a certificação e legalização do empreendimento econômico solidário, próxima ação de acordo com planejamento participativo.

Outra conquista de especial importância para esta cooperativa foi a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes dos Gerais, pois a partir dos planos de manejo e conservação desta área de 38.000 hectares estarão garantidas para a posteridade as principais matéria primas utilizadas por esta cooperativa.

As atividades de capacitação e assessorias, assim como as conquistas descritas acima, contaram com o apoio de organizações locais e regionais que se tornaram parceiras: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA-NM, EMBRAPA CERRADOS, Cooperativa Grande Sertão, UNICAFES e UNIMONTES. Foram realizados planejamentos participativos anuais, rodas de conversas com as mulheres, reuniões de avaliação, contatos com organizações governamentais responsáveis pela parte burocrática e sanitária, cursos de boas práticas de produção, rotulagem e legislação sanitária, elaboração de projetos, gênero e economia solidária, comercialização e feiras. Destaca-se também vistas técnicas e trocas de experiências com outras cooperativas e comunidades geraizeiras.

No apoio à comercialização, vale ressaltar a criação de uma feira agroecológica, na qual ocorre a participação da COOPAAB e seus produtos. Esta feira vem sendo planejada e organizada desde o início de 2014 e há quase 1 ano está em funcionamento no município de Rio Pardo de Minas. Trata-se também de um empreendimento econômico solidário e uma organização inovadora desenvolvida pelos agricultores feirantes de 05 comunidades rurais do município, com a participação efetiva da cooperativa neste processo.

Além dos resultados obtidos em termos de renda e aprendizagem de aspectos técnicos e conquistas materiais, é importante destacar que, em especial para as mulheres, a atividade na cooperativa promove maior a união do grupo e a valorização das agricultoras, que são as protagonistas deste empreendimento.

Como maior desafio, o que se percebe é a necessidade de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, especialmente no que se refere à comercialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da Cooperativa dos Agricultores Agroextrativistas da Comunidade Água Boa II nos ensina que empreendimentos coletivos de agricultores e agricultoras tradicionais - formalizados ou não - têm objetivos mais amplos que os meramente econômicos, como se costuma pensar; estão entranhados em complexas redes de temas e funções dentro da comunidade, que vão desde a organização de festas religiosas até o enfretamento conflituoso de problemas relacionados à ocupação de terras e conservação de recursos naturais. A reciprocidade, os valores e a solidariedade predominam em sua dinâmica, por isso representam mais que uma simples opção de gerar renda; são espaços de convívio, diálogos, trocas de conhecimentos e saberes onde o aprendizado acontece. Portanto, reconhecer essas nuances é fundamental para a atuação efetiva de organizações e programas dedicados ao desenvolvimento rural, projetos de pesquisa ou extensão universitária.

Trata-se de um empreendimento de economia solidária que surgiu a partir de um histórico de lutas por terra e territórios, muito frequentes na região do Alto Rio Pardo; possui uma produção diversificada de alimentos, que, apesar de gerar renda para os cooperados, ainda encontram dificuldades para enfrentar a legislação sanitária e problemas referentes no escoamento e comercialização de seus produtos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISPO, T. W. **Agroextrativismo no vale do Rio Urucuia-Minas Gerais**: formas de organização da produção e da distribuição. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2014, 146p.

BRITO, I. C. B. A rede-movimento social dos geraizeiros do norte de Minas. In: VI Encontro Nacional da Anppas. 2012, Belém. **Anais...** Belém, 2012.

CORREIA, J. R. **Pedologia e conhecimento local: Proposta Metodológica de Interlocução Entre Saberes Construídos por Pedólogos e Agricultores em Áreas de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG**. Tese (Doutorado em Ciências em Agronomia) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2005, 234p.

DAYRELL, C. A. Agricultura geraizeira, identidade e educação. **Trabalho e Educação**, v.21, n.3, p. 99-120, Belo Horizonte, 2012.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.176p.

FONSECA, A. I. A.; REIS, E. F. R.; GOMES, L. F. As tradições agroecológicas nas populações tradicionais do norte de Minas. In: XXI Encontro nacional de geografia agrária. 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2012.

FREITAS, C. S.; RIBEIRO, E. M. Experiências de comercialização agroextrativista dos agricultores familiares do Rio dos Cochos, Januária/Cônego Marinho - MG. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 15, n. 3, p. 411-424, 2013.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.28, n. 82, 2013.

IBGE, *Cidades@*: Rio Pardo de Minas (MG) - **Histórico do Município**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=315560&search=minas-gerais|rio-pardo-de-minas|infograficos:-historico>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

KRAYCHETE, G.; SANTANA, A. Economia dos setores populares e inclusão socioprodutiva: conceitos e políticas públicas. **IPEA: Mercado de trabalho**, n.52, 2012.

MANDUJANO, R. M. **Disputas territoriais entre o agroextrativismo do pequi e o agronegócio na substituição do cerrado por monocultivos agroindustriais**: estudo das microrregiões porto Franco-MA e Jalapão-TO. Dissertação (Mestrado em geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2013.

RANGEL, R. R.; MANOLESCU, F. M. K. Economia solidária pela perspectiva histórico- teórica. **Educação, Gestão e Sociedade**: revista da Faculdade Eça de Queirós, n.8, 2012.

REDE CERRADO. Disponível em: <<http://www.redecerrado.org.br/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SABOURIN, E.; THOMAS, S.; EGRET, L.; AVILA, M. L. Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 98-119, 2014.

SCARIOT, A.; D'ANGELIS, J.; CARRAZZA, L.; AFONSO, S. O agroextrativismo do Cerrado em perspectiva. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 137-158, 2014.

SIMONI, J. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. **IPEA: Mercado de trabalho**, n. 42, 2010.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 126p.

VELOSO G. A.; ROSA R. Mapeamento da Monocultura do Eucalipto na Microrregião de Salinas, Norte de Minas Gerais, nos Anos de 1986, 1996 e 2010. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, "Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas condições do desenvolvimento brasileiro". 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2012.